



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Curso de Psicologia

Haniel Santos Marques Teixeira

**A invisibilização socioepistêmica da Bissexualidade: do substrato universal à
patologização**

Paranaíba/MS

2026

26/06/2026, 01:34

SEI/UFMS - 6390451 - Ata



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



ATA DE AVALIAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CURSO: PSICOLOGIA – BACHARELADO – CPAR/UFMS

O acadêmico **Haniel Santos Marques Teixeira**, RGA: 2022.0903.015-0, apresentou trabalho avaliativo da disciplina **Trabalho de Conclusão de Curso**, com o título *"A Invisibilização Socioepistêmica da Bissexualidade: do Substrato Universal à Patologização"* sob a orientação da Profa. Dra. Silvia Maria Bonassi, SIAPE: 2511690, como exigência para a conclusão do Curso de Psicologia - Bacharelado.

Conceito obtido: **APR** - APROVADO

Professora Orientadora: Dra. Silvia Maria Bonassi

Paranaíba, MS, 26 de Maio de 2026.

Dra. Silvia Maria Bonassi/UFMS/CPAR
Orientadora

Dra. Camila Bellini Colussi Macedo/UFMS/CPAR
Membro

Me. Jhonatan Saldanha do Vale/Faculdade Anhanguera de Psicologia, Sorocaba, SP.
Membro

Observação:

Conceito de Avaliação:

APR – Aprovado

COND – Aprovação condicionada à reformulação

REP – Reprovado

**NOTA
MÁXIMA
NO MEC**

**UFMS
É 10!!!**



Documento assinado eletronicamente por **Camila Bellini Colussi Macedo, Professora do Magistério Superior**, em 26/05/2026, às 10:26, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

26/06/2026, 01:34

SEI/UFMS - 6390451 - Ata



Documento assinado eletronicamente por **Jhonatan Saldanha do Vale, Usuário Externo**, em 26/05/2026, às 10:27, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Silvia Maria Bonassi, Professora do Magistério Superior**, em 26/05/2026, às 10:32, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6390451** e o código CRC **EA7DCDE0**.

CÂMPUS DE PARANAÍBA

Av. Pedro Pedrossian, 725 - Bairro Universitário

Fone: (67)3669-0105

CEP 79500-000 - Paranaíba - MS

Referência: Processo nº 23456.000461/2021-62

SEI nº 6390451

Haniel Santos Marques Teixeira

**A invisibilização socioepistêmica da Bissexualidade: do substrato universal à
patologização**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao curso de Psicologia da Universidade
Federal de Mato Grosso do Sul - Câmpus de
Paranaíba, como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel em
Psicologia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Silvia Maria Bonassi.

Paranaíba/MS

2026

Agradecimentos

Agradeço, como em toda a minha vida, em primeiro lugar, à minha mãe, que não só me criou, mas me cativou e me inspirou a cada dia ser quem eu sou. Dedico a quem me deu a dádiva não só da vida, mas do conhecimento, do amor, da felicidade e da efemeridade de tudo o que nela perdura. Com todo o seu apoio pude não só chegar aqui, mas também estar em todos os lugares por onde passei por ela, para ela e com ela.

Agradeço à minha orientadora, Prof^ª. Dr^ª. Silvia Maria Bonassi, por ter aceitado trilhar esse desafio ao meu lado. Cada leitura e cada supervisão se mantiveram fiéis ao propósito de estabelecer novos vínculos e inaugurar uma nova etapa dentro de uma temática tão emergente. Sou imensamente grato por sua dedicação, generosidade e companheirismo.

Agradeço a cada familiar que me apoiou e me permitiu não só estar na faculdade, mas também permanecer nela, por meio de seus sacrifícios. Este trabalho não simboliza apenas o encerramento da minha jornada na Graduação, mas representa a vitória silenciosa da minha família, apesar de todos os desafios e provações.

Agradeço, também, ao Prof^º. Mestre Jhonatan Saldanha do Vale e à Prof^ª. Dr^ª. Camila Bellini Colussi Macedo, membros da banca que aceitaram me acompanhar nessa trilha revolucionária e contemporânea. Por meio de suas contribuições, meu trabalho poderá percorrer novos caminhos e dos mais diversos que a vida acadêmica possa me oferecer.

Agradeço a toda Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, especialmente a cada docente que trilhou meu caminho, mostrando um novo mundo de possibilidades e de amor à psicologia que tenho certeza de que jamais desenvolveria sem a presença de cada um deles durante a graduação. A cada técnico que me auxiliou em minha trajetória e a cada terceirizado da UFMS, que me permitiu ter um ambiente digno para que eu pudesse estudar e permanecer.

Agradeço especialmente aos meus amigos e companheiros da vida, Ben-Hur Alexandre, Gabriela Mori e Esther Hannouche, que mesmo distantes, me ajudaram a seguir meu caminho ao longo tanto da graduação quanto do meu Trabalho de Conclusão de Curso. Sem o apoio de cada um, essa jornada não teria sido tão prazerosa e construtiva, cada um deles sempre me escolheram em meio a diversas situações, assim como eu sempre os escolhi.

Agradeço também a todos os meus amigos e colegas, da escola, da faculdade, da vida digital, e a todos que a vida me proporcionou; cada um fez e faz uma diferença na minha vida digna de agradecimentos.

RESUMO

Este trabalho realiza uma análise crítica das produções psicanalíticas sobre a bissexualidade, percorrendo suas formulações desde a concepção freudiana inicial, que a posicionava como fase do desenvolvimento psicosssexual, até as contribuições contemporâneas que a reconhecem como uma estrutura permanente e complexa da subjetividade. Por meio de uma revisão bibliográfica de caráter introdutório, o estudo evidencia a significativa invisibilidade epistêmica e clínica que cerca a experiência bissexual, marcada pela escassez de publicações específicas, pela perpetuação de estereótipos patologizantes e por uma visibilidade midiática frequentemente fetichizada. Conclui-se que a bissexualidade permanece um campo carente de investigação sistemática, inclusive nos currículos de formação em Psicologia, onde o tema é comumente reduzido a uma passagem transitória. Este trabalho, portanto, configura-se como um estudo preliminar que explicita a urgente necessidade de ampliação do acervo científico sobre o tema. Este TCC se propõe como um convite para o desenvolvimento de novas pesquisas que aprofundem as dimensões teóricas, clínicas e sociais da bissexualidade, visando superar seu apagamento histórico e contribuir para práticas profissionais verdadeiramente inclusivas.

Palavras-chave: Bissexualidade; Psicanálise; Psicologia; Invisibilidade.

ABSTRACT

This work provides a critical analysis of psychoanalytic productions on bisexuality, tracing its formulations from the initial Freudian conception, which positioned it as a phase of psychosexual development, to contemporary contributions that recognize it as a permanent and complex structure of subjectivity. Through an introductory bibliographic review, the study highlights the significant epistemic and clinical invisibility surrounding bisexual experience, marked by the scarcity of specific publications, the perpetuation of pathologizing stereotypes, and an often fetishized media visibility. This study concludes that bisexuality remains a field lacking systematic investigation, including in psychology training curricula, where the theme is commonly reduced to a transient passage. This work, therefore, constitutes a preliminary study that exposes the urgent need to expand the scientific collection on the topic. More than a conclusion, this undergraduate thesis offers itself as an invitation for the development of new research that deepens the theoretical, clinical, and social dimensions of bisexuality, aiming to overcome its historical erasure and contribute to truly inclusive professional practices.

Keywords: Bisexuality; Psychoanalysis; Psychology; Invisibility.

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA:	8
2 - METODOLOGIA:	10
3 - OBJETIVOS	11
3.1 - Objetivo geral	11
3.2 - Objetivos específicos	11
4 – DESENVOLVIMENTO:	12
4.1 - A Sexualidade e o Eu: Complementos Universais	12
4.2 - A importância histórica da remoção da homossexualidade do DSM em 1973	14
4.3 - Transformações na Sexualidade Contemporânea: subsídios para pensar a bissexualidade	17
4.4 - A Construção do Eu e a Exploração Libidinal nas Relações Sociais	20
4.5 - A complexificação teórica: Lacan e Butler.	22
4.6 - Pesquisas contemporâneas e invisibilidade epistêmica.	23
4.7 - Análise crítica da visibilidade midiática e ativismo.	24
4.8 - Implicações clínicas e respostas ativistas.	26
4.9 - Patologização e mecanismos de defesa institucional.	28
4.10 - Desafios e avanços teóricos.	30
4.11 - Monodissidência: um conceito para nomear a experiência bissexual	32
5 - RESULTADOS E DISCUSSÕES:	33
6 - CONCLUSÃO:	35
7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS:	35
8 - REFERÊNCIAS:	37

1 - INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA:

A sexualidade humana, em sua complexidade, tem sido objeto de estudo ao longo dos tempos. Este trabalho propõe uma análise crítica das publicações psicanalíticas sobre a bissexualidade.

Sigmund Freud (1905/2016), em Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, postulou que todos os seres humanos nascem com uma predisposição bissexual, mas considerava essa bissexualidade uma fase transitória do desenvolvimento psicosssexual, cuja permanência na vida adulta indicaria fixação ou imaturidade.

Autores contemporâneos como Donald Winnicott (1971/2020) ampliaram essa visão, compreendendo a bissexualidade como uma característica estrutural e permanente da psique humana, com os "elementos masculino e feminino" coexistindo em todos os indivíduos. Essa transformação teórica reflete uma mudança paradigmática que ressignifica a bissexualidade como expressão legítima da diversidade humana, afastando-a de leituras patologizantes (Szwak, 2007). Na contemporaneidade, Judith Butler (1990/2018) questiona categorias sexuais fixas, e a psicanálise lacaniana aborda o desejo como intrinsecamente ambivalente (Lacan, 1985).

Apesar desses avanços, a bissexualidade raramente emerge como objeto central de investigação. Na maior parte das pesquisas, ela é tratada como elemento complementar, ilustrando teorias mais amplas sobre sexualidade, mas não como fenômeno autônomo. Essa dinâmica reflete uma invisibilização estrutural: a bissexualidade é citada para validar a fluidez das pulsões (Freud) ou a pluralidade do desejo (Lacan), mas sua especificidade é diluída em categorias genéricas como "não monossexualidade".

Autores como Winnicott (1971/2020) e Butler (1990/2018), mesmo ao expandirem a compreensão da sexualidade, não dedicaram espaço à bissexualidade como experiência singular. Essa abordagem marginalizante tem implicações teóricas e práticas. Na clínica psicanalítica, por exemplo, a bissexualidade é frequentemente interpretada como "indecisão" ou "imaturidade" (Dunker, 2015), reforçando estereótipos que negam sua legitimidade. Na academia, a escassez de pesquisas dedicadas exclusivamente ao tema (Longhitano & Bortolozzi, 2022) perpetua a ideia de que a bissexualidade não merece uma estrutura

conceitual própria, sendo suficiente abordá-la de modo tangencial em estudos sobre LGBTQIAPN+¹ ou teoria queer.

Como resultado, as vivências bissexuais são subsumidas a narrativas que não dão conta de sua complexidade, como a dupla exclusão (nem heterossexual, nem homossexual) ou a fetichização de corpos bissexuais na cultura (Moscheta, Fébole & Anzolin, 2016; Eisner, 2021).

A carência de produções que tomem a bissexualidade como objeto primário de análise revela um viés epistemológico: mesmo em campos críticos como a psicanálise e os estudos de gênero, persiste uma hierarquia que privilegia certas identidades como “centrais” (heterossexualidade, homossexualidade) e outras como “periféricas”. Essa lógica não apenas limita a compreensão da diversidade humana, mas também reproduz mecanismos de exclusão simbólica, nos quais a bissexualidade só é visível quando útil para corroborar teses alheias.

Urge, portanto, inverter essa perspectiva. Como argumentam Lemos, Pocahy e Nardi (2025), a bissexualidade, enquanto expressão de monodissidência, tem o potencial de desestabilizar normas binárias e reposicionar o debate sobre o desejo na contemporaneidade. Assim, ela não deve ser tratada como um apêndice teórico, mas como uma chave analítica fundamental.

A invisibilidade social da bissexualidade reflete-se também na ausência de políticas públicas específicas e na carência de intervenções psicossociais direcionadas às famílias de pessoas bissexuais. Não foram identificadas, no acervo analisado, estratégias de intervenção familiar que abordassem as particularidades do reconhecimento e acolhimento da bissexualidade no ambiente familiar (Longhitano & Bortolozzi, 2022; Saldanha, Monaco & Cruz, 2022). Essa lacuna é particularmente preocupante, uma vez que a intolerância intrafamiliar constitui um dos principais fatores de vulnerabilidade psicossocial para esta população. Este trabalho, por seu caráter introdutório, não pretende preencher essa lacuna, mas sim evidenciá-la e convidar futuras pesquisas a se dedicarem ao tema.

Núcleos de estudos universitários sobre sexualidade e gênero, assim como centros de pesquisa especializados, tornam-se, portanto, espaços estratégicos para a produção de conhecimento e para a articulação entre academia, clínica e ativismo.

¹ A sigla LGBTQIAPN+ refere-se a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não binários e demais identidades que fogem à cisheteronormatividade.

O interesse pela presente pesquisa emerge do descontentamento com a invisibilidade estrutural que cerca a vivência bissexual, especialmente no campo da psicanálise. A experiência pessoal de ser reiteradamente apagado como homem bissexual, tanto nos discursos teóricos quanto nas práticas clínicas, revelou como essa invisibilidade prejudica não apenas a vida sexual e afetiva, mas também as relações familiares e os demais escopos da existência. A constatação de que a bissexualidade é frequentemente silenciada, quando não patologizada, impulsionou a realização deste estudo introdutório.

Diante desse cenário, o presente trabalho objetiva explorar a trajetória da concepção da bissexualidade na psicanálise, desde as formulações iniciais de Freud até as contribuições contemporâneas, compreendendo como a visão de uma fase transitória deu lugar a um reconhecimento da bissexualidade psíquica como elemento estruturante da subjetividade. Justifica-se assim a necessidade deste estudo diante da invisibilidade clínica e da escassez de pesquisas específicas sobre o tema.

2 - METODOLOGIA:

A metodologia deste estudo fundamentou-se em uma pesquisa bibliográfica de caráter crítico. Conforme define Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, permitindo ao pesquisador uma cobertura mais ampla dos fenômenos do que a pesquisa direta.

Para a coleta do material, foram selecionadas as bases de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online), PubMed e PePSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia). A escolha justifica-se pela representatividade de cada uma: a SciELO reúne periódicos científicos brasileiros e latino-americanos; a PubMed é a base de dados mais abrangente internacionalmente nas áreas biomédicas e de ciências da vida; e a PePSIC é um portal colaborativo especializado na área da Psicologia.

Utilizaram-se as palavras-chave "bissexualidade", "psicanálise", "invisibilização" e "sexualidade". A busca foi realizada no período de março a maio de 2026. Como filtros, foram aplicados os seguintes critérios: (1) artigos disponíveis em texto completo e de acesso livre; (2) publicações nos idiomas português, inglês e espanhol; (3) período de publicação entre 2000 e 2026; (4) estudos classificados como artigos originais, revisões de literatura (incluindo revisões sistemáticas), ensaios teóricos e resenhas críticas.

Foram localizados inicialmente 35 artigos. Após a aplicação dos critérios de exclusão, feito pela leitura dos resumos e, quando necessário, do texto completo, foram descartados 24 artigos que não tinham a bissexualidade como foco principal da pesquisa, que não se alinhavam ao viés psicanalítico (por exemplo, estudos estritamente biológicos, epidemiológicos ou que tratavam a bissexualidade como variável secundária em pesquisas sobre saúde geral) ou que estavam duplicados entre as bases.

Dessa forma, foram selecionados 13 artigos que compõem o corpus de análise deste trabalho, todos com a bissexualidade como objeto central e com abordagem no campo da psicologia ou psicanálise. Além dos artigos, recorreu-se a acervos físicos pessoais contendo obras fundadoras de Freud e Winnicott.

3 - OBJETIVOS

3.1 - OBJETIVO GERAL

Este estudo tem como objetivo geral analisar criticamente a trajetória da concepção da bissexualidade na psicanálise, desde as formulações freudianas iniciais até as contribuições contemporâneas, compreendendo como a visão de uma fase transitória deu lugar a um reconhecimento da bissexualidade psíquica como elemento estruturante da subjetividade.

3.2 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Articular conceitos psicanalíticos clássicos (pulsão, complexo de Édipo, desejo ambivalente) com críticas contemporâneas da teoria queer, visando construir um marco analítico que reconheça a bissexualidade como fenômeno legítimo e complexo.

Examinar como a teoria psicanalítica, embora pioneira na compreensão da bissexualidade psíquica, perpetuou leituras reducionistas que ecoam na prática clínica contemporânea.

Mapear as fissuras teóricas e clínicas que impedem o reconhecimento da experiência bissexual em sua complexidade.

Analisar a produção acadêmica sobre bissexualidade, identificando sua sub-representação, vieses geopolíticos e a persistência de estereótipos patologizantes.

Discutir os mecanismos sociais de estigmatização da bissexualidade e as respostas do ativismo bi, iluminando as dimensões políticas frequentemente negligenciadas pela clínica psicanalítica tradicional.

4 – DESENVOLVIMENTO:

4.1 - A SEXUALIDADE E O EU: COMPLEMENTOS UNIVERSAIS

A teoria psicanalítica freudiana estabelece que a sexualidade humana está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento do eu, com a libido desempenhando um papel fundamental como força motriz da psiquê. Freud postulou que a energia libidinal é canalizada por meio de fases específicas do desenvolvimento psicosssexual, sendo elas a oral, anal, fálica, latência e genital, cada uma contribuindo para a formação da subjetividade e para as dinâmicas de desejo. Em sua obra *Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade* (1905/2016), Freud argumentou que a sexualidade não se restringe à genitalidade ou à reprodução, mas é uma força pulsional que perpassa toda a existência humana, desde a infância. Essa energia libidinal é inicialmente polimorfa e autoerótica, encontrando satisfação em diversas zonas erógenas antes de se consolidar em objetos externos.

Esta libido, inicialmente dispersa, encontra uma primeira unificação no que Freud (1914/2010) conceituou como narcisismo primário. Nesta etapa, o investimento libidinal é direcionado para o próprio ego, constituindo-o e servindo como base fundamental para que, posteriormente, o sujeito possa investir em objetos externos. O narcisismo representa, portanto, a ponte necessária entre o autoerotismo das pulsões parciais e o amor objetal, sendo um componente universal e estruturante da vida psíquica (Freud, 1914/2010). Como analisa Mezan (2003), o narcisismo não é uma patologia em si, mas a condição inicial da qual emerge a possibilidade de relação com o outro, evidenciando a complexa economia entre a busca de satisfação interna e a abertura para o mundo exterior.

A bissexualidade originária, enquanto substrato do Édipo, também se articula com o narcisismo primário. Delouya (2003) ressalta que a aceitação da castração, processo crucial para a dissolução do Édipo, implica na transformação da bissexualidade originária, que por sua vez depende de uma reconfiguração narcísica. Em 1922, Freud já havia demonstrado, em seu estudo sobre os ciúmes, que a não elaboração das quotas bissexuais pode resultar em impasses narcísicos, dificultando a assunção do desejo e a inserção na comunidade simbólica (Delouya, 2003). Assim, o processamento da bissexualidade não apenas possibilita a dissolução do Édipo, mas também funda o sentimento social, inserindo o sujeito na ordem da lei paterna por meio de identificações horizontais que substituem a atuação homossexual pré-edípica (Delouya, 2003).

A centralidade da bissexualidade psíquica na obra freudiana é minuciosamente resgatada por Macedo (2022), que percorre os textos de Freud desde os diálogos com Fliess, em meados de 1900, até as formulações tardias sobre o "repúdio à feminilidade". A autora demonstra que a bissexualidade não é um conceito periférico ou datado, mas um fio condutor que atravessa toda a metapsicologia freudiana, conectando o narcisismo primário, o complexo de Édipo e as dificuldades do fim da análise (Macedo, 2022). Esta retomada é fundamental para afastar a interpretação reducionista de que a bissexualidade seria uma mera fase a ser superada, reposicionando-a como substrato permanente da subjetividade.

A teoria freudiana, embora pioneira, requer atualização para dialogar com as demandas do século XXI. Nesse sentido, Winnicott (1971/2020) e Butler (1990/2018) oferecem contribuições valiosas ao ampliar a compreensão da bissexualidade como elemento estrutural da subjetividade e como performatividade desestabilizadora de normas binárias. Assim, a energia libidinal, longe de ser meramente reprimida ou direcionada para fins reprodutivos, é entendida como potencial criativo e plural, capaz de sustentar identidades fluídas e relações éticas. O complexo de Édipo, estrutura central na teoria freudiana, exemplifica como a libido é direcionada e negociada na constituição do eu. Durante essa fase, a criança experimenta desejos ambivalentes em relação às figuras parentais: identificação e rivalidade com o genitor do mesmo sexo e atração pelo genitor do sexo oposto. A resolução deste complexo, mediada pelo medo da castração (em meninos) ou pela inveja do pênis (em meninas), permite a internalização das normas sociais e a formação do superego, instância psíquica que regula moralmente o desejo (Freud, 1905/2016). Freud enfatizou que a bissexualidade psíquica é um substrato universal desse processo, pois todos os indivíduos

carregam disposições masculinas e femininas inconscientes, que podem influenciar suas escolhas objetais (Freud, 1905/2016).

No entanto, conforme aponta Delouya (2003), a bissexualidade originária não é apenas um pano de fundo, mas o próprio substrato a ser processado durante a dissolução do Édipo. Em “O Ego e o Id” (1923), Freud situa a bissexualidade originária nos fundamentos do complexo de Édipo, elevado à condição de estrutura entre 1923 e 1925. Essa estrutura é concebida como um molde herdado filogeneticamente, que se impõe ao sujeito como uma trama a ser dissolvida, mas cujo processamento efetivo depende da elaboração da bissexualidade (Delouya, 2003, p. 208). Dessa forma, a resolução do Édipo e a consequente formação do superego estão intrinsecamente ligadas à transformação da bissexualidade originária, que envolve a metabolização da ambivalência afetiva primordial e a reorganização das identificações parentais.

Quase meio século se passou entre os conceitos freudianos sobre a bissexualidade originária e a remoção da homossexualidade da classificação de transtornos do DSM em 1973, o que não elimina o fato de que a psicanálise, em certas vertentes, contribuiu para a patologização de sexualidades não hegemônicas, ainda que o próprio Freud tenha se posicionado contra tratamentos coercitivos.

4.2 - A IMPORTÂNCIA HISTÓRICA DA REMOÇÃO DA HOMOSSEXUALIDADE DO DSM EM 1973

É fundamental ressaltar que até o ano de 1973, a homossexualidade era classificada como um transtorno mental no Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), a principal referência para diagnósticos psiquiátricos. No DSM-I, publicado em 1952, e no DSM-II, de 1968, a homossexualidade era listada como um "transtorno sociopático da personalidade" e posteriormente como "desvio sexual", sendo patologizada pelo sufixo "ismo" que a incluía no campo das psicopatologias (DSM-II, 1968).

Este cenário começou a mudar significativamente em 1973, quando a Associação Americana de Psiquiatria, após intensos debates científicos e pressão de movimentos sociais, decidiu remover a homossexualidade do manual diagnóstico. Essa mudança histórica representou um marco na despatologização das sexualidades não heteronormativas, reconhecendo que a orientação sexual por si só não constitui patologia mental (APA, 1973).

A relativa recenticidade deste evento ocorrido apenas há 50 anos evidencia como a suposta "naturalização" das sexualidades dissidentes é um fenômeno contemporâneo. Durante a maior parte do século XX, a medicina e a psiquiatria legitimaram cientificamente a estigmatização de identidades LGBTQIAPN+, com consequências profundas para a vida de milhões de pessoas (Bem, 1993).

Apenas em 1990 a Organização Mundial da Saúde seguiu o exemplo e removeu a homossexualidade da Classificação Estatística Internacional de Doenças (CID), com a decisão entrando em vigor em 1992 (OMS, 1990). Este atraso de quase duas décadas entre as revisões do DSM e da CID demonstra a resistência institucional em desmontar paradigmas patologizantes.

Partindo dos conceitos freudianos fundamentais, como a pulsão, o complexo de Édipo e a bissexualidade psíquica, propõe-se uma análise que reconheça a legitimidade e a complexidade das experiências bissexuais, além de questionar a invisibilização perpetuada por abordagens monossexistas. Pesquisas contemporâneas, como a revisão sistemática de Longhitano e Bortolozzi (2022), evidenciam que a bissexualidade ainda é negligenciada na literatura acadêmica e na prática clínica, resultando em sofrimentos específicos, como a dupla marginalização (rejeição por comunidades heterossexuais e homossexuais) e a invisibilidade estatística.

O estudo em questão, realizado por meio de uma revisão sistemática da literatura, analisou produções científicas internacionais sobre bissexualidade publicadas entre 2000 e 2020. A metodologia consistiu em buscas sistemáticas em bases de dados multidisciplinares utilizando descritores controlados relacionados à bissexualidade. Os critérios de inclusão abrangeram artigos empíricos e teóricos que tiveram a bissexualidade como foco principal de análise, enquanto foram excluídos estudos que a tratavam como variável secundária ou categoria acessória (Longhitano & Bortolozzi, 2022).

Os resultados demonstraram um predomínio significativo de pesquisas na área da biologia e epidemiologia (43%), que em sua maioria utilizavam inventários padronizados e questionários quantitativos para classificar e mensurar comportamentos bissexuais, em detrimento de abordagens qualitativas que explorassem as dimensões subjetivas e experienciais. Apenas 27% dos estudos localizados pertenciam ao campo da psicologia, sendo a maioria destes (37%) de natureza teórica empírica. Geograficamente, identificou-se uma concentração nas produções europeias (52%) e norte-americanas (31%), com notável escassez

de pesquisas do Global South, o que revela um viés geopolítico na produção de conhecimento sobre o tema (Longhitano & Bortolozzi, 2022).

Conforme documentado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP, 1999), a Associação Americana de Psiquiatria deixou de classificar a homossexualidade como transtorno em 1973. Essa decisão foi respaldada em 1975 pela Associação Americana de Psicologia, que a retirou do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM). No Brasil, esse movimento despatologizante ganhou força com a Resolução nº 01/1999 do CFP, que explicitamente veta aos psicólogos atividades que favoreçam a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, proibindo ações coercitivas que visem orientar homossexuais para tratamentos não solicitados (CFP, 1999).

Essa normativa emerge em um contexto de denúncias do movimento social sobre a existência de psicólogos que ofereciam a chamada "cura gay", prática que contraria os parâmetros científicos e éticos da profissão (CFP, 1999). A resolução não apenas consolida um posicionamento ético da Psicologia brasileira, mas também se torna um instrumento jurídico essencial, fundamentando decisões que garantem direitos à população LGBT, como a adoção por casais homoafetivos (CFP, 1999). Embora o foco inicial tenha sido a homossexualidade, a luta pela despatologização é extensiva a toda a diversidade sexual, incluindo a bissexualidade, que frequentemente enfrenta a invisibilidade e a bifobia, mesmo dentro de comunidades LGBTQIAPN+.

A despeito desses avanços, a bissexualidade, em particular, permanece sujeita a estereótipos e interpretações patologizantes na prática clínica, sendo comumente associada à indecisão, instabilidade ou imaturidade, conforme apontado por Longhitano e Bortolozzi (2022). Esse viés revela que a despatologização formal, conquistada para a homossexualidade, não se traduziu automaticamente em uma compreensão plena e não normativa de outras orientações não monossessexuais.

Avançando nessa direção, o Conselho Federal de Psicologia editou a Resolução CFP nº 08/2022, que estabelece normas específicas de atuação para psicólogas e psicólogos em relação às bissexualidades e demais orientações não monossessexuais, definindo-as como legítimas e vedando terminantemente qualquer forma de patologização, medicalização ou associação a distúrbios, perversões ou transtornos mentais (CFP, 2022). Contudo, mesmo diante desse marco normativo, o contexto de retrocesso político e de ascensão de fundamentalismos, já destacado pela então conselheira do CFP Sandra Sposito (CFP, 1999),

mantém a população bissexual em situação de vulnerabilidade acrescida, exposta a preconceitos e à violência LGBTfóbica, que no Brasil atinge níveis alarmantes.

A remoção da homossexualidade do DSM e a Resolução CFP nº 01/1999 representaram conquistas históricas no combate à patologização das sexualidades não hegemônicas. Contudo, foi somente com a publicação das Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas, Psicólogos e Psicólogues em Políticas Públicas para População LGBTQIA+ (CFP, 2023) que a bissexualidade e as demais orientações não monossexuais ganharam um reconhecimento normativo específico e consolidado. Esse documento, ao incorporar as Resoluções CFP nº 01/1999, 01/2018 e, sobretudo, a Resolução CFP nº 08/2022, afirma a legitimidade das bissexualidades e veda qualquer prática patologizante. No entanto, mesmo diante desses avanços no plano ético-normativo, a bissexualidade permanece sujeita a estereótipos e invisibilidade clínica, exigindo atenção contínua na pesquisa acadêmica, na prática profissional e nas lutas políticas.

Segundo Drehmer (2025):

Reconhecer esse enraizamento histórico permite compreender a psicanálise como um saber situado, atravessado por contextos e, portanto, passível de revisão. Depurar as concepções psicanalíticas é deixar de lado mito-teorias e recuperar a importância da presença indelével da sexualidade infantil e do inconsciente na dinâmica psíquica. Esse processo de transformação é compreendido a partir da desconstrução e da incorporação de novos saberes, deixando de lado uma suposta neutralidade universalizante. Tal ampliação de perspectiva tem alicerce em aspectos teóricos e impacto direto na prática clínica. (Drehmer, 2025, p. 6)

Diante das citações referidas, alinha-se à necessidade de expandir o eixo psicanalítico para acolher a diversidade humana, reconhecendo que a liberdade sexual está intrinsecamente ligada à capacidade de brincar com as possibilidades do desejo ambivalente.

4.3 - TRANSFORMAÇÕES NA SEXUALIDADE CONTEMPORÂNEA: SUBSÍDIOS PARA PENSAR A BISSEXUALIDADE

Se a bissexualidade, como demonstrado ao longo deste trabalho, é marcada por uma invisibilidade estrutural, que se manifesta tanto na escassez de publicações (Longhitano &

Bortolozzi, 2022) quanto na patologização clínica (Dunker, 2015) e na fetichização midiática, é pertinente indagar em que contexto histórico e social essa invisibilidade se inscreve. Joel Birman (2018) oferece uma contribuição valiosa ao problematizar as transformações radicais nas práticas sexuais e nas formas de subjetivação na contemporaneidade, destacando que as antigas coordenadas que regiam o campo da sexualidade, marcadas pelo patriarcado e pela hierarquia entre os gêneros, foram profundamente abaladas. Para o autor, essa mutação não é apenas uma mudança de comportamento, mas uma reconfiguração dos próprios alicerces do que se entende por masculino e feminino, colocando em xeque a crença em uma essência ontológica e inamovível do sexo (Birman, 2018).

Birman (2018) identifica três "momentos cruciais" que constituíram essa "revolução dos valores no Ocidente": o movimento feminista, o movimento homossexual e o transexual. É notável que a bissexualidade não figure entre esses eixos estruturantes da transformação sexual contemporânea, o que por si só já é um dado sintomático de sua posição periférica no imaginário social e acadêmico confirmando, de outra perspectiva, os achados de Longhitano e Bortolozzi (2022) sobre a sub-representação do tema nas bases científicas de dados.

A análise de Birman (2018) sobre a desconstrução das hierarquias de gênero e da heteronormatividade fornece subsídios para compreender por que a bissexualidade, ao desafiar simultaneamente o binarismo de gênero e a monossexualidade (a expectativa de que o desejo se fixe em um único gênero), torna-se um objeto particularmente difícil de ser nomeado e reconhecido.

O conceito de heterossexualidade compulsória, formulado por Adrienne Rich (1980), oferece uma chave analítica fundamental para compreender essa dificuldade de nomeação. Rich argumenta que a heterossexualidade não é apenas uma orientação sexual entre outras, mas um sistema político que naturaliza e impõe como única forma legítima de desejo e organização afetiva, operando por meio de mecanismos de invisibilização e exclusão de todas as demais possibilidades.

A bissexualidade, ao romper com a expectativa de que o desejo deve se fixar em um único gênero, seja ele o mesmo (homossexualidade) ou o oposto (heterossexualidade), desafia frontalmente esse sistema, tornando-se duplamente ininteligível: não apenas por escapar da norma heterossexual, mas também por questionar a própria lógica monossessexual que sustenta a inteligibilidade das sexualidades no Ocidente.

É por isso que, como observam Moscheta, Fébole e Anzolin (2016), a bissexualidade feminina, por exemplo, é sistematicamente ignorada nos serviços de saúde ao mesmo tempo que hipererotizada na mídia, uma contradição que se explica justamente pela operação da heterossexualidade compulsória, que só concede visibilidade ao que pode ser consumido como fetiche dentro do olhar masculino heterossexual.

Essa dificuldade de nomeação ecoa diretamente no que Moscheta, Fébole e Anzolin (2016) denominaram "subvisibilidade daltônica" em relação às mulheres bissexuais. Segundo os autores, não se trata apenas de ausência de informação, mas de uma incapacidade estrutural do aparato médico-psicológico para reconhecer práticas sexuais que fogem à lógica da complementaridade binária (Moscheta; Fébole; Anzolin, 2016). Birman (2018) complementa ao argumentar que a própria gramática da sexualidade foi construída sobre oposições (ativo/passivo, masculino/feminino, hetero/homo), tornando a bissexualidade ininteligível dentro dos quadros normativos que ainda predominam, mesmo após as revoluções sexuais por ele descritas.

Segundo Birman (2018), a emancipação da mulher em relação ao destino exclusivo da maternidade e a emergência de novas configurações familiares, para além do modelo da família nuclear burguesa, criaram as condições de possibilidade para o florescimento de uma pluralidade de desejos e identificações. Contudo, como alerta Delouya (2003), a simples emergência de novas possibilidades não garante que os sujeitos consigam elaborá-las psiquicamente sem entraves. Em sua análise sobre a bissexualidade originária e o processamento do complexo de Édipo, Delouya (2003) afirma que a transformação da bissexualidade em sentimento social depende de uma reconfiguração narcísica que, no contexto contemporâneo, vê-se paradoxalmente bloqueada pela própria profusão de discursos sobre sexualidade, que muitas vezes fetichizam ou patologizam, ao invés de acolher, a ambiguidade desejante.

Garcia (2019) aprofunda essa discussão ao argumentar que a psicanálise precisa abandonar a tentativa de enquadrar as dissidências sexuais em categorias pré-definidas e, em vez disso, acolhê-las como singularidades. Para a autora, "bissexualidade, heterossexualidades, homossexualidades, perversões" são todas manifestações singulares, produtos de uma história única de cada sujeito, e não meros exemplares de espécies clínicas (Garcia, 2019). Esta posição é particularmente relevante para a bissexualidade, que, por desafiar o binarismo hetero/homo, é frequentemente interpretada como híbrida ou incompleta.

Ao insistir na singularidade, Garcia (2019) oferece um antídoto teórico contra a patologização, convidando o analista a escutar o que há de único em cada experiência bissexual, em vez de aplicá-la a um modelo nosológico prévio.

Essa tensão entre a abertura social e o recalque clínico aparece de forma contundente nos relatos analisados por Moscheta, Fébole e Anzolin (2016), nos quais mulheres bissexuais descrevem como suas relações com outras mulheres são sistematicamente ignoradas por profissionais de saúde, ao mesmo tempo que a mesma bissexualidade é hipererotizada na esfera midiática. Birman (2018) oferece uma chave interpretativa para essa contradição: a cultura contemporânea, ao mesmo tempo que desregulamenta os antigos dispositivos de controle da sexualidade (como a interdição religiosa e a medicalização psiquiátrica clássica), produz novas formas de normalização – mais sutis, mas igualmente eficazes – que operam pela espetacularização e pelo consumo.

Essa dinâmica de visibilidade condicionada foi denominada por Moscheta, Fébole e Anzolin (2016) como "subvisibilidade daltônica". Nesse regime, a bissexualidade feminina torna-se visível apenas quando reduzida a um fetiche para o olhar masculino heterossexual, permanecendo invisível como experiência subjetiva autônoma (Moscheta; Fébole; Anzolin, 2016). Essa conclusão reforça o argumento de que a aparente "visibilidade" não passa de uma forma mais sutil de apagamento.

4.4 - A CONSTRUÇÃO DO EU E A EXPLORAÇÃO LIBIDINAL NAS RELAÇÕES SOCIAIS

A constituição do eu, na perspectiva psicanalítica, é um processo dinâmico e contínuo, profundamente influenciado pelas relações parentais iniciais. Como postulou Freud (1914/2010), o narcisismo primário representa a etapa em que a libido está direcionada para o próprio ego, e apenas posteriormente, por meio das interações com as figuras de cuidado sendo elas tradicionalmente a mãe e o pai, a criança direciona sua energia libidinal para objetos externos. Essas relações primordiais estabelecem a base para as identificações que formarão o núcleo da personalidade e o superego, instância psíquica que internaliza as interdições, normas e ideais parentais e sociais (Freud, 1923/2011).

Contudo, a repressão imposta pelo superego, formada a partir dos parâmetros intrafamiliares, não é um fim absoluto. A adolescência emerge como um período crítico de reavaliação dessas interdições. Durante a adolescência, o indivíduo, em busca de uma

identidade autônoma, revê as internalizações parentais e as experimenta novamente, agora no campo das relações com seus pares (Winnicott, 1971/2020). Nesse novo palco social, o sujeito busca descobrir onde sua libido pode encontrar satisfação para aquilo que foi reprimido e recalado. A fase da adolescência é marcada pela experimentação de diferentes formas de desejo e pela redefinição de vínculos afetivos, processo que contribui para a construção da identidade sexual e emocional do sujeito (Dunker, 2015).

Esta busca pela satisfação libidinal não ocorre em um vácuo, mas é intensamente mediada e influenciada pelas questões socioculturais contemporâneas. Como destacam Longhitano e Bortolozzi (2022), o contexto social oferece (ou nega) repertórios de existência e linguagens para que o indivíduo nomeie e vivencie seus desejos, baseados na necessidade premente de serem aceitos, caracterizando de forma camuflada a necessidade de aceitação social, negligenciando os valores e opiniões pessoais para serem aceitos e não marginalizados, dentro das normas sociais que estão inseridos ou que anseiam. A partir principalmente da adolescência, os grupos de iguais, a mídia, as comunidades virtuais e os movimentos sociais tornam-se agentes cruciais, fornecendo modelos alternativos de identificação e questionando, ou reforçando, as normas internalizadas na família.

Nesse sentido, a liberdade de explorar a pulsão e ressignificar o recalado é profundamente desigual, dependendo de fatores como acesso à informação, contexto cultural e exposição à diversidade (Butler, 1990/2018).

Em suma, a constituição do eu e a canalização da libido são processos permanentemente inacabados, que se estendem para muito além da resolução do complexo de Édipo. Eles são redirecionados ao longo da vida, especialmente na adolescência, onde a pressão dos pares e o amplo espectro de influências socioculturais tornam-se o novo campo de batalha entre o desejo individual, a repressão do superego e a busca por reconhecimento social.

A bissexualidade, embora inicialmente proposta por Freud como um componente universal do desenvolvimento psicosssexual, foi frequentemente relegada a um lugar marginal na teoria psicanalítica. Freud (1905/2016), em *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, afirmou que a predisposição bissexual inata poderia ser reprimida ou direcionada para a heterossexualidade, mas não explorou as implicações de sua permanência na vida adulta. Essa lacuna permitiu que a bissexualidade fosse interpretada como um "estágio incompleto" ou uma "indefinição patológica", reforçando sua invisibilidade no discurso psicanalítico e social.

Renato Mezan (2003), em Freud: A trama dos conceitos, critica essa abordagem reducionista, argumentando que a psicanálise freudiana, apesar de revolucionária, incorporou preconceitos de sua época, contribuindo para a patologização de identidades não heteronormativas.

Donald Winnicott (1971/2020) oferece um contraponto ao propor que a bissexualidade psíquica não é uma fase transitória, mas uma dimensão estrutural da subjetividade. Em *O brincar e a realidade* (1971/2020), Winnicott enfatiza que elementos masculinos e femininos coexistem em todos os indivíduos, independentemente da orientação sexual, sendo crucial sua integração para a saúde mental. No entanto, mesmo essa perspectiva não desconstruiu a hierarquia que privilegia a heterossexualidade.

4.5 - A COMPLEXIFICAÇÃO TEÓRICA: LACAN E BUTLER.

Lacan (1964/1985) complexifica a discussão ao abordar o desejo como algo não fixo em objetos predeterminados. E ainda infere que o desejo é intrinsecamente ambivalente, desafiando categorizações rígidas. Butler (1990/2018) dialoga com Lacan ao argumentar que a performatividade de gênero desestabiliza modelos binários, embora a bissexualidade ainda seja negligenciada na clínica psicanalítica, em que relatos de sofrimento são frequentemente reduzidos a "crises de identidade".

A marginalização da bissexualidade reflete-se também nas práticas clínicas. De acordo com Dunker (2015, p. 97), em *Mal-estar, sofrimento e sintoma*, observa que a atração por múltiplos gêneros é interpretada como "resistência" à definição de uma orientação estável, reproduzindo o mito da bissexualidade como "fase de transição". Essa postura contradiz a noção lacaniana de desejo descentrado, que, segundo Lacan (1964/1985, p. 215), não se fixa em objetos predeterminados, expondo uma tensão entre teoria e prática: enquanto a psicanálise reconhece a fluidez do desejo, muitos psicanalistas ainda insistem em categorias binárias como critério de "normalidade". Mezan (2003, p. 154) reforça essa crítica ao lembrar que Freud (1937/2018), em *Análise terminável e interminável*, já alertava para os riscos de modelos dogmáticos que ignoram a plasticidade da sexualidade humana.

Butler (1990/2018, p. 78) argumenta que a performatividade de gênero desestabiliza modelos binários, o que deveria incluir a bissexualidade como expressão válida do desejo. No entanto, como aponta Dunker (2015, p. 103), a psicanálise ainda carece de ferramentas teóricas para lidar com a ambivalência constitutiva dessa orientação, muitas vezes

reduzindo-a a uma "crise de identificação". Essa lacuna não apenas perpetua a invisibilidade da bissexualidade, mas também revela um paradoxo: uma disciplina fundada na escuta do desejo inconsciente falha em acolher suas manifestações plurais.

4.6 - PESQUISAS CONTEMPORÂNEAS E INVISIBILIDADE EPISTÊMICA.

Um movimento significativo de retomada da discussão sobre a bissexualidade no cenário psicanalítico brasileiro contemporâneo é evidenciado pela publicação do livro "Sexualidade: o tumulto das diferenças", oriundo do 30º Congresso Brasileiro de Psicanálise da Febrapsi, realizado em 2025 (Gavião; Zuanella; Torres, 2025). Nessa obra, a bissexualidade psíquica é revisitada sob múltiplos vértices. Magnino (2025) destaca o papel do complexo de castração e da bissexualidade originária na constituição do sujeito, articulando Freud, Bion e Winnicott. Vieira (2025) intitula seu capítulo "Sobre a bissexualidade: que tumulto é esse?" e aborda as dificuldades da integração dos aspectos masculinos e femininos, bem como os desafios colocados pelas questões transgênero e não binárias à clínica.

Almeida e Lerner (2025), por sua vez, criticam a permanência de conceitos freudianos como a bissexualidade psíquica, propondo uma atualização a partir dos estudos de Stoller (apud Almeida & Lerner, 2025). Em conjunto, esses capítulos demonstram que, embora de forma ainda incipiente e sem necessariamente romper com certas amarras teóricas, a bissexualidade vem ganhando espaço como objeto de investigação na psicanálise brasileira, o que reforça a urgência de aprofundamento teórico e clínico defendida neste trabalho.

A revisão sistemática de Longhitano e Bortolozzi (2022) evidencia que a bissexualidade permanece sub-representada na produção acadêmica, com apenas 27 estudos analisados em duas décadas, sendo a maioria concentrada em discussões teóricas (37%) e em contextos anglófonos. Os autores destacam que a invisibilidade epistêmica reforça estereótipos, como a associação entre bissexualidade e promiscuidade, além de negligenciar intersecções com raça, classe e deficiência. Em contraste, dados epidemiológicos apontam maiores riscos de depressão e ansiedade em pessoas bissexuais quando comparadas a heterossexuais e homossexuais, fenômeno atribuído à "dupla marginalização" — rejeição tanto por grupos heteronormativos quanto por parcelas da comunidade LGBTQIAPN+ (Longhitano & Bortolozzi, 2022).

Já Carneiro e Lazzarini (2018), em sua análise psicanalítica, propõem que a bissexualidade psíquica não se restringe a uma fase do desenvolvimento, mas estrutura a subjetividade ao integrar as funções materna e paterna como polos coexistentes. Baseando-se em Green (2000), as autoras defendem que a internalização do "terceiro ausente" que é representado pela figura paterna na relação primária, permite a triangulação necessária para a integração das identificações masculinas e femininas. No entanto, mesmo essa abordagem inovadora mantém uma dicotomia de gênero, ignorando configurações familiares não tradicionais e identidades não binárias, o que, segundo Longhitano e Bortolozzi (2022), reflete um limite teórico que precisa ser superado para acolher a diversidade contemporânea.

Butler (1990/2018) oferece um caminho para essa superação ao insistir na desnaturalização das categorias de gênero e sexualidade. Se a psicanálise incorporasse plenamente essa perspectiva, poderia reconhecer a bissexualidade não como uma "falha de resolução edípica", mas como uma expressão legítima da complexidade do desejo, no qual a fluidez e a ambiguidade são constitutivas, não patológicas.

4.7 - ANÁLISE CRÍTICA DA VISIBILIDADE MIDIÁTICA E ATIVISMO.

Com base na resenha de Saldanha (2024) sobre o livro *Invisibilidade: cultura, ciência e a história secreta da bissexualidade* da psicóloga Julia Shaw (2023), pode-se entender alguns pontos importantes. Shaw (2023) escreve para o público geral e defende que pessoas bissexuais ainda enfrentam invisibilidade e preconceito (a "bifobia"), mesmo dentro de comunidades LGBTQIAPN+. Ela argumenta que essa identidade quebra regras rígidas de gênero e sofre discriminação dupla, ou seja, de héteros e de gays/lésbicas. O livro traz histórias, dados científicos e a experiência pessoal da autora, que se assumiu bissexual publicamente.

Porém, Saldanha (2024) aponta críticas relevantes: Primeiro, Shaw (2023) tende a explicar a bissexualidade como algo biológico ou genético (como quando fala em "código genético" para o comportamento bissexual). Isso ignora teorias importantes que mostram como sexualidade e identidade são construídas socialmente ao longo do tempo, como já discutiam autores como Fausto-Sterling (2002).

Segundo, o livro trata de forma superficial conceitos teóricos fundamentais. Por exemplo, Shaw usa a ideia de "heterotopia" (espaços que subvertem normas sociais, de

Foucault, 1984), mas não discute como esses espaços bissexuais podem reforçar desigualdades (como a predominância de pessoas brancas neles). Além disso, ela evita debates complexos, como os trazidos pela teoria queer, que questionam justamente os rótulos fixos de identidade sexual.

Terceiro, Shaw foca muito na importância de cada pessoa assumir sua bissexualidade publicamente (como forma de combater preconceitos), mas quase não menciona a luta coletiva do movimento bissexual, especialmente no Brasil, na qual grupos organizados existem desde os anos 1990 e conquistaram visibilidade por meio de muito ativismo (Saldanha, Monaco & Cruz, 2022).

A psicanálise winnicottiana oferece um caminho fértil para superar a invisibilização clínica da bissexualidade. Winnicott (1971/2020) enfatiza que o "brincar criativo" no espaço potencial, a zona intermediária entre realidade interna e externa, é fundamental para a integração de identidades plurais. Essa perspectiva poderia acolher a ambivalência bissexual não como patologia, mas como expressão saudável da fluidez psíquica. No entanto, como observa Dunker (2015), a clínica raramente aplica esse princípio, tratando a atração por múltiplos gêneros como "falha na capacidade de brincar" (p. 112), o que revela uma incompreensão da noção winnicottiana de saúde como capacidade de habitar paradoxos.

A maior contribuição da psicanálise para a superação do apagamento da bissexualidade reside, portanto, em três frentes: (a) a afirmação da bissexualidade psíquica como substrato universal da subjetividade (Freud, 1905/2016; Delouya, 2003), o que retira a bissexualidade do campo da patologia e a recoloca como constitutiva do humano; (b) a noção de espaço potencial winnicottiano (Winnicott, 1971/2020), que acolhe a ambiguidade e a fluidez como expressões saudáveis do self, em vez de indecisão ou imaturidade; e (c) a análise das defesas institucionais do analista (Dunker, 2015), que revela que a patologização da bissexualidade é, muitas vezes, um reflexo dos conflitos não elaborados do próprio terapeuta, e não uma exigência da teoria psicanalítica.

Essas contribuições, se integradas à formação e à prática clínica, podem efetivamente romper o ciclo de invisibilidade e oferecer um acolhimento ético e não normativo às experiências bissexuais.

Butler (1990/2018) amplia essa crítica ao demonstrar que a "desposseção do eu" (p. 48), que conceitua o que desloca a ideia de identidade estável, é intrínseca à formação do sujeito. Se a bissexualidade é lida a partir dessa ótica, sua suposta "instabilidade"

transforma-se em potência desestabilizadora da normatividade, algo que Freud (2016) já antevia ao descrever a pulsão como "polimorfa".

A pesquisa de Carneiro e Lazzarini (2018) sobre a função do "terceiro ausente" na constituição bissexual do sujeito ganha nova dimensão quando confrontada com a realidade brasileira. Os movimentos bissexuais, conforme Saldanha, Monaco e Cruz (2022), operam como "terceiros políticos" que rompem com a lógica monossexista, criando espaços de reconhecimento mútuo. Essa atuação coletiva, ausente na teoria psicanalítica tradicional, questiona o mito do "setting neutro", expondo como a clínica reproduz hierarquias sociais quando ignora seu contexto cultural.

Por fim, a análise de Shaw (2023) sobre a capitalização midiática da bissexualidade revela um risco paralelo: a visibilidade esvaziada de crítica política. Como alerta Eisner (2021), quando a bissexualidade é cooptada pelo mercado, perde-se sua potência revolucionária de questionar binários. Essa tensão ecoa na psicanálise: a teoria reconhece a complexidade do desejo (Lacan, 1985), mas falha em traduzir esse saber em práticas clínicas não normativas (Dunker, 2015, p. 98).

4.8 - IMPLICAÇÕES CLÍNICAS E RESPOSTAS ATIVISTAS.

Essa desconexão entre reconhecimento individual e transformação coletiva ajuda a entender por que, mesmo com mais "visibilidade", a bissexualidade segue enfrentando barreiras concretas nas instituições de saúde. Segundo Dunker (2015), o sofrimento psíquico das pessoas bissexuais muitas vezes é interpretado de forma individualizada, sem considerar os contextos de exclusão social que o produzem. É o que acontece quando uma paciente relata ser rejeitada pela família e por amigos gays, e o analista interpreta como "dificuldade de se posicionar no mundo", ignorando que ali há uma exclusão dupla sistêmica que a teoria deveria nomear.

A operação da heteronormatividade nos serviços de saúde produz barreiras específicas para lésbicas, gays e bissexuais, manifestando-se por meio do que Moscheta, Fébole e Anzolin (2016) denominam "visibilidade seletiva". Em um estudo com relatos de experiências no Sistema Único de Saúde, os autores identificaram que homens gays experimentam uma hipervisibilidade míope, em que sua sexualidade é automaticamente associada a Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), tornando-se o prisma único por meio do qual todas as

suas queixas de saúde são interpretadas. Esta associação resulta em pedidos de exames desnecessários, como HIV e hepatite, mesmo na ausência de sintomas ou comportamentos de risco, negligenciando outras necessidades de saúde (Moscheta; Fébole; Anzolin, 2016). Esta dinâmica ilustra como a normatividade sexual regula o que se torna visível ou invisível no cuidado, reproduzindo violências institucionais que afetam diretamente o acesso e a qualidade da atenção à saúde da população bissexual.

Segundo a pesquisa de Longhitano e Bortolozzi (2022, p. 8), a maioria dos estudos sobre saúde mental LGBTQIAPN+ não desagrega dados de bissexuais daqueles de gays e lésbicas, apagando especificidades desse grupo. Essa invisibilidade estatística reflete o que Dunker (2015, p. 89) chama de "cegueira institucional", na qual a psicanálise reproduz, sem crítica, as mesmas hierarquias que existem fora da clínica. Não à toa, muitos pacientes bissexuais abandonam terapia ao se sentirem duplamente incompreendidos pelo mundo e por quem deveria acolhê-los.

O ativismo busca mostrar seu potencial terapêutico. Coletivos como o Bi-sides de São Paulo (uma organização ativista cujo propósito é identificar, juntar, dialogar e estabelecer alicerces para o movimento bissexual brasileiro), criam o que Dunker (2015) definiria como "espaços de reparação simbólica": redes de apoio onde a experiência bissexual é validada sem precisar se encaixar em rótulos. Isso ecoa com Winnicott (1971/2020), para quem o brincar compartilhado gera pertencimento. Quando uma jovem diz "aqui não preciso explicar que gosto de homens e mulheres", ela está vivendo aquilo que a clínica tradicional falha em oferecer: um reconhecimento sem exigência de performatividade (Butler, 1990/2018).

A teoria psicanalítica reconhece a complexidade do desejo, mas a prática clínica ainda patologiza a bissexualidade, revelando um descompasso que expõe uma violência epistêmica. Quando Butler (1990/2018) afirma que "o gênero é uma repetição estilizada de atos" (p. 200), ela nos ajuda a entender por que a bissexualidade assusta: seu mero existir desafia a lógica performática monossexista que sustenta tanto a heteronormatividade quanto espaços LGBTQIAPN+ hegemônicos por identidades estáticas. Dunker (2015) analisa esse fenômeno como um mecanismo de defesa institucional, no qual a patologização do desejo ambivalente serviria para preservar normas teóricas não questionadas.

Segundo a pesquisa de Longhitano e Bortolozzi (2022, p. 10), uma expressiva parcela de pessoas bissexuais evita serviços de saúde mental por medo de invalidarem sua orientação, dado que explicita o paradoxo entre a prática clínica e o acolhimento não normativo. A

psicanálise, que deveria ser instrumento de acolhimento, converte-se assim em mecanismo de exclusão. Não por acaso, coletivos como o Bi-sides passaram a oferecer grupos de apoio com psicólogos aliados especializados no atendimento de pessoas bissexuais, criando espaços alternativos de cuidado.

Essa guinada prática reverbera Winnicott (1971/2020). Seu conceito de "preocupação materna primária", a capacidade de a mãe adaptar-se às necessidades do bebê, pode ser ressignificado como postura ética do terapeuta: acolher o paciente em seus próprios termos, sem impor modelos. Quando uma mulher bissexual diz "não me sinto meio gay, meio hétero; sinto-me completa em minha ambiguidade", ela está exigindo o que Butler (1990/2018) define como direito à autodeterminação performativa (p. 45). Negar isso é reproduzir a violência que a psicanálise deveria combater.

A fetichização da bissexualidade feminina tem implicações diretas na clínica, onde relatos de relacionamentos entre mulheres são frequentemente desconsiderados ou interpretados como experiências menos relevantes (Moscheta; Fébole; Anzolin, 2016). Esta invisibilidade seletiva no setting terapêutico, combinada com a falta de preparo dos profissionais para acolher a ambiguidade inerente à bissexualidade, contribui para a manutenção do sofrimento psíquico e para a dificuldade de construção de uma identidade sexual integrada (Dunker, 2015). O apagamento das especificidades das relações entre mulheres nos serviços de saúde, conforme demonstrado por Moscheta, Fébole e Anzolin (2016), reforça a lógica heteronormativa que invisibiliza práticas sexuais não-focadas na penetração e na complementaridade binária, naturalizando um olhar enviesado que ignora a autonomia afetivo-sexual das mulheres bissexuais.

A atuação de núcleos de pesquisa em universidades e de centros de referência em sexualidade torna-se, assim, vital para fomentar a produção de conhecimento crítico e a formação de profissionais capacitados a desconstruir esses estereótipos, tanto na esfera clínica quanto na judicial, em que frequentemente se decidem questões cruciais sobre guarda de filhos, reconhecimento de uniões e direitos familiares para pessoas bissexuais.

4.9 - PATOLOGIZAÇÃO E MECANISMOS DE DEFESA INSTITUCIONAL.

A associação entre bissexualidade e narcisismo, ainda recorrente na clínica psicanalítica, revela-se um mecanismo de defesa institucional contra a complexidade do

desejo. Conforme análise crítica da Gazire (2017), a interpretação da atração por múltiplos gêneros como "busca de atenção" ou "indiferenciação identitária" negligencia a teoria freudiana da pulsão polimorfa e transforma diferenças em patologias. Paradoxalmente, o sofrimento bissexual frequentemente origina-se não da ambiguidade, mas do terror simbólico monossexista, sistema que condena a fluidez afetiva. Para superar esse viés, é importante entender o contexto social de forma mais ampla. Isso significa deixar de focar apenas em diagnósticos individuais e, ao invés disso, reconhecer a violência política que está presente na experiência bissexual.

Nesse sentido, a crítica de Miskolci (2009) auxilia a desnaturalizar a patologização da bissexualidade. Em seu artigo "*A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização*", o autor argumenta que a normatividade sexual opera por meio de mecanismos sutis de exclusão que hierarquizam as formas de desejo. A bissexualidade, por desafiar a lógica binária, torna-se alvo preferencial desses mecanismos, sendo constantemente reinscrita no registro do desvio ou da imaturidade. Essa análise corrobora a ideia de que a invisibilização da bissexualidade não é um acidente epistemológico, mas um sintoma de uma estrutura mais ampla de regulação dos corpos e prazeres.

A rigidez defensiva que leva à patologização da bissexualidade na clínica encontra um contraponto teórico importante nas reflexões de Dianne Elise e Leopoldo Nosek, sistematizadas por Macedo (2022). Conforme sintetizado pela autora, Elise propõe que "a díade feminilidade/passividade–masculinidade/atividade deve dar lugar à dupla penetrante–penetrado, reveladora do movimento de interpenetrabilidade entre corpos e mentes" (MACEDO, 2022, p. 85). Além disso, Macedo (2022, p. 91) explica que, segundo Elise, "os homens tendem a se distanciar dessa experiência [da relação erótica primordial com a mãe], perdem o acesso à sua receptividade, de modo que a penetração de seus corpos e mentes seria incompatível com seu senso de masculinidade". Nosek, por sua vez, afirma que "a bissexualidade é necessária para o pleno uso da potência analítica" e que a formação do psicanalista deveria permitir um "polimorfismo" capaz de acolher a fluidez do desejo sem recorrer a categorias patologizantes (NOSEK *apud* MACEDO, 2022, p. 111). Estas contribuições evidenciam que a patologização clínica da bissexualidade é, muitas vezes, um reflexo das próprias defesas do analista, e não uma exigência teórica da psicanálise.

4.10 - DESAFIOS E AVANÇOS TEÓRICOS.

A bissexualidade permanece um desafio teórico e clínico para a psicanálise contemporânea, exigindo uma revisão crítica de seus pressupostos. Dunker (2015) e Butler (1990/2018) oferecem perspectivas complementares para compreender essa complexidade. Dunker demonstra como a prática clínica frequentemente patologiza a atração por múltiplos gêneros, interpretando-a como resistência à formação de uma identidade estável, enquanto Butler questiona a própria noção de identidade fixa, argumentando que a performatividade de gênero desestabiliza categorias binárias.

A articulação entre esses autores revela uma contradição fundamental: enquanto a teoria psicanalítica reconhece a fluidez do desejo, muitas práticas clínicas ainda operam com modelos normativos. Freud (1905/2016) já havia identificado a bissexualidade como componente universal do desenvolvimento psicosssexual, mas Winnicott (1971/2020) avançou ao compreendê-la como elemento estrutural da subjetividade, não meramente uma fase transitória.

Esta evolução teórica encontra eco nas pesquisas de Longhitano e Bortolozzi (2022), que documentam a sub-representação da bissexualidade na literatura acadêmica e a persistência de estereótipos na clínica. Seus dados quantitativos corroboram as críticas teóricas de Dunker, demonstrando como a invisibilidade estatística reforça sofrimentos específicos, como a dupla marginalização.

O ativismo bissexual, documentado por Saldanha, Monaco e Cruz (2022), oferece respostas concretas a essas lacunas teóricas e clínicas. Coletivos como o Bi-sides criam espaços de reconhecimento que validam a experiência bissexual sem exigir enquadramentos rígidos, realizando na prática o que Winnicott e Butler propõem teoricamente: a aceitação da ambiguidade como dimensão constitutiva da experiência humana.

Com base na obra *Identificação: imanência de um conceito* de Paim Filho & Garcia (2023), é possível ampliar e aprofundar a discussão sobre a bissexualidade psíquica na psicanálise, articulando-a às críticas contemporâneas sobre sua invisibilização. Estes autores psicanalistas sustentam que a bissexualidade não é uma mera fase do desenvolvimento, mas uma estrutura fundamental do psiquismo, constituída a partir das identificações primárias e secundárias com as figuras parentais. Baseados em Chabert (2015, p. 91), Paim Filho & Garcia (2023, p. 187), descrevem que "a bissexualidade, esta imensa construção freudiana, é

sempre tão vivaz, pendendo somente um pouco mais para um ou para outro; ela não significa a confusão dos sexos, ela significa a existência dos dois, masculino e feminino e suas configurações singulares e plurais". Essa perspectiva corrobora a visão de que a bissexualidade é um componente universal e estruturante, e não um desvio ou uma imaturidade.

A articulação entre a bissexualidade narcísica e a edípica, proposta por Paim Filho e Garcia (2023), oferece um marco teórico para compreender como as identificações com as funções materna e paterna, independentemente de quem as exerce, conformam a matriz do desejo. Eles afirmam que "as identificações se inscrevem em dois eixos de diferenciação, a saber, concernentes ao eu e ao objeto, ao masculino e ao feminino, por um lado e, via figuras de pai e de mãe, quem cumpra a função, por outro" (Paim Filho & Garcia, 2023, p. 186). Essa abordagem desloca o foco da anatomia para o psíquico, enfatizando que o "trabalho do feminino" e a integração das identificações são processos contínuos e não lineares, que habilitam o sujeito a reconhecer o feminino e o masculino que o constitui de forma variável e singular.

Esta compreensão é ampliada por Macedo (2022), que dedica extensa seção de sua dissertação às contribuições de Joyce McDougall, André Green, Jacqueline Godfrind e Paulo de Carvalho Ribeiro sobre a bissexualidade psíquica. A autora destaca, por exemplo, a noção de McDougall de que a integração dos elementos masculinos e femininos é condição para a criatividade e para a constituição de uma identidade sexual serena, bem como a ideia de Green de que a bissexualidade se inscreve no psiquismo a partir da cena primária e da presença do pai como "terceiro" desde a origem (Macedo, 2022). Essas formulações, ao lado das de Paim Filho e Garcia (2023), consolidam a visão da bissexualidade como estrutura fundamental do psiquismo, e não como desvio ou imaturidade.

Ainda no campo dos avanços teóricos, Garcia (2019) oferece uma contribuição fundamental ao propor que a bissexualidade psíquica seja compreendida não como uma "formação reacional à diferença dos sexos", mas como um "jogo psíquico numa combinatória entre o desejo e a identificação". Para a autora, a subjetividade emerge de um "complexo mosaico" de identificações, no qual as posições masculina e feminina não se excluem, mas se articulam de modo singular em cada sujeito. Esta perspectiva dialoga diretamente com a articulação entre bissexualidade narcísica e edípica proposta por Paim Filho e Garcia (2023), ao mesmo tempo que oferece à clínica uma ferramenta para escutar a ambivalência bissexual

não como falta ou indecisão, mas como expressão da própria complexidade constitutiva do psiquismo.

4.11 - MONODISSIDÊNCIA: UM CONCEITO PARA NOMEAR A EXPERIÊNCIA BISSEXUAL

Um avanço teórico recente e particularmente fecundo para a compreensão da bissexualidade vem sendo proposto por Lemos, Pocahy e Nardi (2025). Os autores introduzem o conceito de monodissidência para designar o conjunto de identidades e práticas sexuais que desafiam a norma da monossessualidade – ou seja, a expectativa social de que o desejo deve se fixar em um único gênero, seja ele o oposto (heterossexualidade) seja o mesmo (homossexualidade). A bissexualidade, a pansexualidade e as identidades não binárias são exemplos paradigmáticos de monodissidência, pois não se deixam capturar pela lógica binária que organiza o campo da sexualidade em duas posições aparentemente excludentes (Lemos; Pocahy; Nardi, 2025).

A potência deste conceito para o presente trabalho reside em sua capacidade de nomear, com precisão, o fenômeno da invisibilidade seletiva descrito por Moscheta, Fébole e Anzolin (2016). Se as homossexualidades, apesar de toda a violência que sofrem, ao menos são reconhecíveis dentro do binarismo hetero/homo, a monodissidência ocupa um lugar de ininteligibilidade estrutural: ela não é apenas discriminada, mas frequentemente apagada como possibilidade legítima de existência. É por isso que, como mostrou Longhitano e Bortolozzi (2022), as pesquisas raramente desagregam dados de bissexuais já que eles simplesmente não cabem nas categorias pré-estabelecidas.

Além disso, Lemos, Pocahy e Nardi (2025) destacam que a monodissidência desafia não apenas a heteronormatividade, mas também a própria cisnormatividade e o binarismo de gênero. Esta dupla face do desafio explica, em grande medida, porque a bissexualidade é tão frequentemente patologizada ou fetichizada: ela ameaça dois pilares centrais da organização social contemporânea ao mesmo tempo. Retomando Delouya (2003), pode-se dizer que a elaboração da bissexualidade originária, que deveria levar ao sentimento social e à inserção na ordem simbólica, é bloqueada justamente porque os discursos disponíveis para nomear essa experiência são insuficientes ou francamente hostis.

Assim, incorporar o conceito de monodissidência ao arcabouço teórico da psicanálise pode ser um caminho promissor para superar a cegueira institucional denunciada por Dunker

(2015). Se a clínica psicanalítica deseja verdadeiramente acolher a complexidade da sexualidade humana, precisa aprender a escutar a monodissidência como uma expressão legítima e não como uma falta a ser preenchida ou uma indecisão a ser superada. A teoria queer, como argumenta Butler (1990/2018), e as formulações mais generosas de Winnicott (1971/2020) já apontam nessa direção; cabe agora à psicanálise brasileira, em seus núcleos de pesquisa e na formação de seus profissionais, assumir esta tarefa como urgente e inadiável.

5 - RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A maior parte dos estudos localizados abordava a bissexualidade de forma superficial, sendo retratada como 'fase do desenvolvimento psicosssexual' em referência às obras de Freud, seja como categoria em pesquisas sobre saúde LGBTQIAPN+. Essa carência reflete um viés conceitual: a bissexualidade desafia a lógica monossexista e binária que ancora tanto a normatividade heterossexual quanto parte da teoria psicanalítica tradicional.

Enquanto Freud (1905/2016) reconheceu a bissexualidade como substrato universal do desejo, historicamente suas implicações para a clínica foram pouco aprofundadas na literatura psicanalítica, sendo frequentemente tratadas de forma marginal ou reduzidas a menções superficiais. Apenas recentemente, iniciativas como o 30º Congresso Brasileiro de Psicanálise da Febrapsi (2025) têm colocado a bissexualidade no centro do debate, como evidenciado na obra "Sexualidade: o tumulto das diferenças", que dedica atenção expressiva ao tema.

A análise do acervo bibliográfico reunido para este estudo permitiu identificar uma significativa assimetria na representação das experiências bissexuais, configurando o que se pode denominar de uma hierarquia da invisibilidade. Enquanto a bissexualidade masculina frequentemente permanece obliterada nos discursos científicos e clínicos, a bissexualidade feminina, por sua vez, adquire uma visibilidade distorcida, marcada pela fetichização e pela lógica do machismo estrutural. Esta hiperexposição, no entanto, não se traduz em reconhecimento ou legitimidade social, mas na redução da mulher bissexual a um objeto de desejo masculino, cuja sexualidade é interpretada como performance para consumo heteronormativo (Moscheta; Fébole; Anzolin, 2016).

Esta visão patologizante é sustentada pela lógica cis-heteronormativa que fundamenta muitos referenciais teóricos e práticos em saúde mental, gerando sofrimento psíquico na

população LGBTQIAPN+ (Rosso *et al.*, 2024). Enquanto a homossexualidade alcançou um estatuto de legitimidade nas classificações internacionais, a bissexualidade permanece com frequência associada a concepções de indecisão, imaturidade ou confusão identitária, raramente sendo compreendida em sua complexidade intrínseca.

Tal dinâmica é particularmente evidente quando se observa a forma como relacionamentos lésbicos ou bissexuais entre mulheres são comumente erotizados na mídia e no imaginário social. Esta fetichização, longe de promover aceitação ou compreensão das especificidades dessas experiências afetivas, opera como um sofisticado mecanismo de apagamento da autonomia afetiva e sexual dessas mulheres, ao mesmo tempo em que reforça a normatividade de gênero ao situá-las como complementos à sexualidade masculina.

A maior visibilidade midiática da mulher bissexual, portanto, revela-se em grande parte como uma visibilidade condicionada a interesses heterossexuais, que sistematicamente ignora as particularidades de suas vivências afetivas, seus relacionamentos e suas demandas específicas por saúde. Esta conclusão corrobora e amplia os achados de Longhitano e Bortolozzi (2022) sobre a sub-representação qualificada da bissexualidade na academia, que, ao não problematizar tais estereótipos de forma adequada, acaba por reforçá-los indiretamente.

Portanto, a análise desenvolvida ao longo deste trabalho evidencia ainda a premência de políticas públicas de saúde mental que contemplem de forma específica as necessidades da população bissexual. A invisibilidade analisada nos planos epistemológico, clínico e social demanda urgentemente a formulação de diretrizes específicas, que orientem a formação e qualificação contínua de profissionais de saúde e educação, para o acolhimento adequado e não patologizante dessa população.

Tais políticas devem necessariamente transcender a mera tolerância e avançar para o reconhecimento positivo da bissexualidade, como expressão legítima da diversidade sexual humana, integrando este enfoque de maneira transversal nas políticas nacionais de atenção à saúde LGBTQIAPN+ e nos currículos de formação em saúde. Assim, a inclusão do tema da bissexualidade de forma sistemática, nos programas de educação sexual e nos protocolos de atenção psicossocial configura-se como medida urgente, para combater efetivamente a dupla marginalização vivenciada por esta população.

Contudo, é fundamental reconhecer que, no atual cenário político-institucional brasileiro, não há representação ou ações governamentais específicas voltadas à

bissexualidade o que proporciona uma lacuna que perpetua seu apagamento sistemático e reforça a necessidade de mobilização social e acadêmica contínua por visibilidade e direitos.

A partir deste estudo, evidenciou-se a profunda invisibilidade que ancora a vivência bissexual no campo científico e social. Apesar de Freud tê-la postulado, em 1905, como substrato universal do desenvolvimento psicosssexual, a bissexualidade permanece, no século XXI, uma temática marginalizada, inclusive dentro da produção acadêmica da própria comunidade LGBTQIAPN+. Além disso, a escassez de publicações específicas, como apontado por Longhitano e Bortolozzi (2022), não é apenas uma lacuna quantitativa, mas um sintoma de sua deslegitimação epistêmica. Sua existência, ainda que praticada, mantém-se de forma velada, sem o devido reconhecimento científico ou social.

6 - CONCLUSÃO:

Ao longo deste trabalho, evidenciou-se que a bissexualidade permanece invisibilizada na teoria e na clínica psicanalítica, apesar de sua postulação freudiana como substrato universal do desenvolvimento psicosssexual. A visão freudiana, embora revolucionária ao reconhecer a predisposição bissexual inata, acabou por reduzi-la a uma fase transitória a ser superada, abrindo espaço para interpretações patologizantes. Autores contemporâneos como Winnicott e os debates trazidos pelo 30º Congresso Brasileiro de Psicanálise (Febrapsi, 2025) permitiram reposicionar a bissexualidade como uma estrutura permanente e criativa da subjetividade, ainda que tais avanços não tenham penetrado suficientemente na prática clínica cotidiana. Conclui-se, portanto, que é urgente que núcleos de pesquisa em universidades e institutos de sexualidade humana assumam a tarefa de investigar a bissexualidade para além do marco desenvolvimentista, reconhecendo seu caráter estruturante na constituição do sujeito e na diversidade dos desejos.

7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Defendo que a formação do psicólogo precisa ser revista de maneira ampla e estrutural. As grades curriculares atuais, quando muito, tratam a bissexualidade como uma breve fase libidinal ou como um desvio do desenvolvimento heterossexual, quando ela

deveria ser compreendida como elemento estruturante da identidade, um componente permanente e dinâmico da vida psíquica, e não uma indecisão ou imaturidade. A publicação das Referências Técnicas do CFP para a População LGBTQIAPN+ (2023) e da Resolução CFP nº 08/2022 representam avanços normativos importantes, mas o hiato entre a norma ética e a prática clínica real ainda é grande. Essa ampliação formativa é fundamental para superar reducionismos e capacitar futuros profissionais a acolher a diversidade das experiências bissexuais em sua clínica, em consonância com os princípios do Código de Ética e com uma atuação verdadeiramente laica, científica e despatologizante.

Por fim, entendo que o caráter frequentemente não declarado da bissexualidade, em razão do estigma estrutural e da bifobia internalizada e social, cria um ciclo vicioso de apagamento político. Sem produção de conhecimento específico e sem condições sociais de acolhimento, tanto na família quanto nos serviços de saúde, muitas pessoas não se revelam, não se reconhecem como sujeitos políticos e não se envolvem nas lutas por direitos. Este trabalho, por ser introdutório, não esgota o tema, mas explicita a urgência de novos estudos que aprofundem a relação entre bissexualidade, psicanálise e políticas afirmativas. Romper esse ciclo exige não apenas a produção acadêmica robusta, mas também a criação de espaços, clínicos, comunitários e institucionais, onde a bissexualidade possa emergir como experiência legítima e afirmativa da diversidade humana.

8 - REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Rui Hansen de; **LERNER**, Rosely C. Brajetman. Identidade de gênero – sua importância na prática analítica: uma visão teórica. In: **GAVIÃO**, Ana Clara Duarte; **ZUANELLA**, Ana Cláudia; **TORRES**, Silvana (org.). **Sexualidade: o tumulto das diferenças**. São Paulo: Blucher, 2025.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders. 2. ed. Washington, DC: APA, 1968.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Position Statement on Homosexuality and Civil Rights. **American Journal of Psychiatry**, Washington, DC, v. 131, n. 4, p. 497, 1973.

BEM, S. L. The Lenses of Gender: Transforming the Debate on Sexual Inequality. New Haven: Yale University Press, 1993.

BIRMAN, Joel. Sexualidade na contemporaneidade. **Cadernos de psicanálise (Rio de Janeiro)**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 38, p. 13-31, jan./jun. 2018.

BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. (Trabalho original publicado em 1990).

CARNEIRO, C. A.; LAZZARINI, E. R. A bissexualidade psíquica na constituição do sujeito: sobre suas origens e destinos identitários. **Revista de Psicanálise da SPPA**, Porto Alegre, v. 25, n. 3, p. 585-612, 2018. Disponível em: <https://revista.sppa.org.br/RPdaSPPA/article/view/387>. Acesso em: 15 jun. 2025.

Conselho Federal de Psicologia (CFP). Resolução CFP nº 001, de 22 de março de 1999. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 mar. 1999.

Conselho Federal de Psicologia (CFP). Resolução CFP nº 08, de 17 de maio de 2022. Estabelece normas de atuação para profissionais da psicologia em relação às bissexualidades e demais orientações não monossexuais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 maio 2022. Disponível em: <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-8-2022>. Acesso em: 29 abr. 2026.

Conselho Federal de Psicologia (CFP). Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas, Psicólogos e Psicólogues em Políticas Públicas para População LGBTQIA+. Brasília: CFP, 2023. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2023/06/RT_LGBT_crepop_Web.pdf Acesso em: 29 abr. 2026.

DELOUYA, D. A bissexualidade no eixo da escuta psicanalítica: considerações teóricas acerca da clínica. *Ágora*, Rio de Janeiro, v. VI, n. 2, p. 205-214, jul./dez. 2003.

DIEHL, R. et al. A (des)patologização da orientação sexual: a CID-11 não reconhecerá possibilidades de patologização da homossexualidade. In: **ANAIS DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**, Santa Cruz do Sul, 2014.

DREHMER, Luciana Balestrin Redivo. Entre normas e dissidências: paradoxos das teorias sexuais da psicanálise freudiana e seus efeitos na clínica contemporânea, 2025. 177. **Tese** (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Filosofia, PUCRS. <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/11958> . Acesso em: 03 maio 2026.

DUNKER, C. Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros. São Paulo: Boitempo, 2015.

EISNER, S. Bi: notas para uma revolução bissexual. São Paulo: Linha a Linha, 2021.

FAUSTO-STERLING, A. Dualismos em duelo. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 17-18, p. 9-79, 2002. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332002000100002>

FOUCAULT, M. Outros espaços. In: **FOUCAULT, M.** Ditos e escritos III: estética: literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013. p. 411-422. (Trabalho original publicado em 1984).

FREUD, S. Análise terminável e interminável. In: **FREUD, S.** Obras completas. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. v. 19, p. 239-288. (Trabalho original publicado em 1937).

FREUD, S. Obras Completas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 12. (Trabalho original publicado em 1914).

FREUD, S. Obras Completas. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. v. 16. (Trabalho original publicado em 1923).

FREUD, S. O ego e o id. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Trabalho original publicado em 1923).

FREUD, S. O eu e o isso. In: **FREUD, S.** Obras Completas. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. v. 16. (Trabalho original publicado em 1923).

FREUD, S. Para introduzir o narcisismo (1914). In: **FREUD, S.** Obras Completas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 12, p. 11-52.

FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. (Trabalho original publicado em 1905).

GARCIA, R. M. Dissidências sexuais e gênero em psicanálise. *Psicanálise*, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 48-62, 2019.

GAVIÃO, Ana Clara Duarte; ZUANELLA, Ana Cláudia; TORRES, Silvana (org.). *Sexualidade: o tumulto das diferenças*. São Paulo: Blucher, 2025. 700 p.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GREEN, A. *As cadeias de Eros*. Lisboa: Climepsi, 2000.

GAZIRE, P. Bissexualidade, narcisismo, identidade e a escuta psicanalítica do nosso tempo. São Paulo: Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.sbpsp.org.br/blog/bissexualidade-narcisismo-identidade-e-a-escuta-psicanalitica-do-nosso-tempo/>. Acesso em: 15 jun. 2025.

LACAN, J. O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1985.

LEMOS, Mariana S.; POCAHY, Fernando A.; NARDI, Henrique C. Monodissidência e heterocisnormatividade: reflexões para uma clínica psicológica não binária. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 28, e240715, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/xtPFdw7Dz7hzqbbrsnZZJjm/>. Acesso em: 22 mar. 2026.

LONGHITANO, Bianca; BORTOLOZZI, Ana Cláudia. Bissexualidade na pesquisa: estudo de revisão sistemática da literatura. **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 4, e49131, 2022. <https://doi.org/10.47149/pemo.v4.e49131>

MACEDO, Gabriela Lara da Cruz Lucas. Do potencial andrógino da sexualidade à androginia da mente – reflexões a partir do conceito de bissexualidade psíquica. 2022. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-17012023-114019/publico/lucas_me.pdf. Acesso em: 15 mar. 2026.

MAGNINO, Lidia Queiroz Silva. O corpo que habito: a singularidade das configurações psicosssexuais. In: GAVIÃO, Ana Clara Duarte; ZUANELLA, Ana Cláudia; TORRES, Silvana (org.). **Sexualidade: o tumulto das diferenças**. São Paulo: Blucher, 2025.

MEZAN, R. Freud: a trama dos conceitos. São Paulo: Perspectiva, 2003.

MISKOLCI, R. A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 11, n. 21, p. 150-182, 2009.

MOSCHETA, Murilo dos Santos; FÉBOLE, Daniele da Silva; ANZOLIN, Bárbara. Visibilidade seletiva: a influência da heterossexualidade compulsória nos cuidados em saúde de homens gays e mulheres lésbicas e bissexuais. **Saúde & Transformação Social**, Florianópolis, v. 7, n. 3, p. 71-83, 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems. 10. rev. Geneva: WHO, 1990.

PAIM FILHO, I.; GARCIA, R. M. Identificação: imanência de um conceito. São Paulo: Blucher, 2023.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 35, p. 19-67, 2010. (Trabalho original publicado em 1980).

ROSSO, B. W. et al. Os impactos da cis-heteronormatividade na saúde mental da população LGBTQIAPN+. **Revista Contexto & Saúde**, v. 24, n. 80, p. 1-14, 2024.

SALDANHA, I. Nós, bissexuais, ainda somos invisíveis? [Resenha do livro Invisibilidade: cultura, ciência e a história secreta da bissexualidade, de J. Shaw]. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 70, e247010, 2024. <https://doi.org/10.1590/18094449202400700010>

SALDANHA, I.; MONACO, H.; CRUZ, B. Bissexualidade, ativismo e produção de saberes: notas introdutórias sobre os estudos e movimentos bissexuais. **Revista Anômalas**, Catalão, v. 2, n. 2, p. 139-159, 2022.

SHAW, J. Invisibilidade: cultura, ciência e a história secreta da bissexualidade. São Paulo: Cultrix, 2023.

SZWAK, J. E. [Resenha do livro Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer, de G. L. Louro]. **Educar**, Curitiba, n. 30, p. 267-271, 2007. <https://revistas.ufpr.br/educar>

VIEIRA, Daniela Bormann. Sobre a bissexualidade: que tumulto é esse? In: GAVIÃO, Ana Clara Duarte; ZUANELLA, Ana Cláudia; TORRES, Silvana (org.). **Sexualidade: o tumulto das diferenças**. São Paulo: Blucher, 2025.

WINNICOTT, D. W. O brincar e a realidade. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Ubu Editora, 2020. (Trabalho original publicado em 1971).